

## IMIGRANTES COMO INIMIGOS: Ideologia de Ameaça e Segurança Pública no Brasil de Vargas

Ester dos Santos Borges<sup>1</sup>  
Isabela Silva Menezes Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** O estudo aborda como a ideologia de segurança nacional ganhou força sob o governo de Getúlio Vargas, orientando as políticas internas em direção ao controle e à proteção do país contra ameaças, tanto externas e internas. Assim, grupos específicos de imigrantes foram retratados como inassimiláveis e ameaças ideológicas ao regime e à ordem social (Azevedo, 1987). O objetivo principal é analisar o papel da ideologia de ameaça na formulação de políticas de segurança pública voltadas para a imigração durante a Era Vargas. Justifica-se que apesar da Era Vargas ser associada a um período de desenvolvimento econômico e social, a nação foi interpelada entre ideologias políticas que visavam, a rigor, a consolidação massiva de uma identidade nacional, com divulgação de propostas e ações governamentais que censuravam em território pátrio qualquer fragmento estrangeiro que pudesse colocar em risco o ideário nacionalista. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico. Quanto à natureza e ao método, qualifica-se como básica, a qual foi direcionada pela sistematização dialética. Por fim, embora a Era Vargas tenha moldado de maneira significativa as políticas públicas e o imaginário nacional, há a necessidade de um diálogo mais inclusivo sobre diversidade e identidade no Brasil contemporâneo (Carneiro, 2001; Koifman, 2012).

**Palavras-chave:** Era Vargas; Identidade Nacional; Imigração; Nacionalismo.

**ABSTRACT:** The study addresses how, under the government of Getúlio Vargas, a national security ideology gained strength, guiding domestic policies toward controlling and protecting the country against threats, both external and internal. Thus, specific groups of immigrants were portrayed as unassimilable and ideological threats to the regime and social order (Azevedo, 1987). The main objective is to analyze the role of the threat ideology in the formulation of public security policies aimed at immigration during the Vargas Era. It is justified that, although the Vargas Era is associated with a period of economic and social development, the nation was challenged by political ideologies that aimed, strictly speaking, at the massive consolidation of a national identity, with the dissemination of government proposals and actions that censored any foreign fragment in the homeland that could put the nationalist ideology at risk. The methodology used was a bibliographical survey. Regarding its nature and method, it is qualified as basic, which was guided by dialectical systematization. Finally, although the Vargas Era significantly shaped public policies and the national imagination, there is a need for a more inclusive dialogue on diversity and identity in contemporary Brazil (Carneiro, 2001; Koifman, 2012).

**Keywords:** Immigration; National Identity; Nationalism; Vargas Era.

### INTRODUÇÃO

Durante a Era Vargas (1930-1945), o Brasil vivenciou um período de intensas transformações políticas e sociais, impulsionado pela consolidação de um Estado nacionalista e

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* Vitória da Conquista, Bahia. E-mail: estherborgxs16@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela Faculdade Santo Agostinho (FASA). E-mail: isabelysms@gmail.com

centralizador. Sob o governo de Getúlio Vargas, uma ideologia de segurança nacional ganhou força, orientando as políticas internas em direção ao controle e à proteção do país contra ameaças, tanto externas quanto internas. Essa fase histórica, marcada pelo autoritarismo crescente e pela militarização das instituições, alcançou o seu ápice após a criação do Estado Novo em 1937.

Assim, estabeleceu-se um ambiente de desconfiança em relação a influências estrangeiras, especialmente em um contexto mundial de tensões políticas e conflitos ideológicos, como a ascensão do fascismo e do nazismo na Europa e a Segunda Guerra Mundial. Posto isso, o regime de Vargas instaurou mecanismos de repressão e vigilância para garantir a coesão nacional e afastar elementos considerados “indesejáveis” para a identidade brasileira. À época, o governo brasileiro associava a segurança pública à construção de uma identidade nacional homogênea, o que justificava o controle e a exclusão de grupos estrangeiros vistos sob a ótica de riscos à “brasilidade” (Carneiro; Takeuchi, 2010).

Dentro dessa perspectiva nacionalista, a imigração, antes incentivada pela estratégia de desenvolvimento econômico e “branqueamento” racial, passou a ser encarada com desconfiança. Grupos específicos de imigrantes, os quais poderiam trazer “influxos culturais” potencialmente perigosos — japoneses, ciganos, negros e judeus, em particular — foram retratados como inassimiláveis e ameaças ideológicas ao regime e à ordem social (Azevedo, 1987). Essa representação negativa, promovida pelo governo e amplificada pela imprensa, colaborou para o estigma e a exclusão dessas comunidades (Koifman, 2012). De acordo com Carneiro (2018), “políticos, intelectuais e autoridades policiais” eram incentivados a enxergar no estrangeiro sinais de “estranhamento e repulsa”, frequentemente fundamentados em teorias eugenistas e racistas oriundas da Europa, adaptadas ao contexto brasileiro para justificar políticas excludentes.

Diante desse panorama, este estudo busca analisar o papel da ideologia de ameaça na formulação de políticas de segurança pública voltadas para a imigração durante a Era Vargas. Para isso, pretende-se, em primeiro plano, identificar os discursos oficiais e da imprensa que classificaram determinados grupos de imigrantes como ameaçadores. A pesquisa também abrange o exame das políticas de segurança pública implementadas para o controle desses imigrantes e, ademais, o intuito de compreender o impacto dessas políticas sobre as comunidades de imigrantes e sua relação com a identidade nacional defendida pelo governo. Este trabalho, portanto, lança luz por cima do nacionalismo excludente e como ele traduzia-se em práticas discriminatórias e repressivas, responsáveis por marcar profundamente o cenário social e político do período, influenciando a visão brasileira de “imigrante ideal” e alimentando o racismo institucional (Movsowitz, 2001).

## METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo foi o levantamento bibliográfico que consiste em etapa preliminar de toda pesquisa científica com a delimitação do problema elaborado a partir das fontes secundárias publicadas e pesquisas antecedentes. Quanto à natureza e ao método, qualifica-se como básica, a qual foi direcionada pela sistematização dialética.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

É de fundamental importância ressaltar que, apesar da Era Vargas ser associada a um período de desenvolvimento econômico e social no Brasil que objetivava a reorientação internacional do país com o foco na industrialização, a nação foi interpelada entre ideologias políticas que visavam, a rigor, a consolidação massiva de uma identidade nacional com divulgação de propostas e ações governamentais que censuravam e isolavam em território pátrio qualquer fragmento estrangeiro que pudesse colocar em risco o ideário nacionalista.

Isto posto, com o objetivo de manipular o imaginário coletivo, Getúlio Vargas interpôs-se como “salvador” do Brasil, desenvolvendo o Departamento de Imprensa e Propaganda (DPI), que ficou incumbido de projetar, através de jornais, cartilhas escolares e programas de rádios, a “celebração” de políticas nacionalistas. Desse modo, com o veto à concessão de vistos aos ciganos, negros e japoneses, além de judeus que fugiam do nazismo, arguiu ser indesejável ao processo de solidificação da brasilidade o acolhimento, em solo nacional, de estrangeiros inconvenientes e inoportunos nos Estados totalitários.

Dessarte, denota-se que o Brasil respondia à ambiguidade ideológica e repressão aos imigrantes já notória em muitos países durante o período de autoritarismo que antecedeu a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Um exemplo contundente acerca do ideal nacionalista pode ser observado no artigo “Imigração e sentimento nacional”, publicado em 1943 no jornal carioca “A Noite” de Ernani Reis, secretário de Francisco Campos, ministro da Justiça e Negócios Interiores, que participou diretamente da elaboração de políticas imigratórias seletivas durante o Estado Novo (Koifman, 2012), preconizando que:

[...] a introdução maciça de populações com o fim de encher os espaços vazios do nosso território, isto é, a introdução de uma quantidade tal de imigrantes que superasse a nossa capacidade atual de assimilação, significaria fatalmente a desfiguração e o desnaturamento, do ponto de vista nacional, de vastas extensões do solo pátrio. Da tentativa de acrescer demograficamente o país resultaria, destarte, uma diminuição espiritual da pátria e essa diminuição espiritual poderia tornar-se, mais tarde, um fator da própria redução material da pátria, a saber, uma ameaça à sua unidade” 1 (Reis, 1943).

Assim sendo, no Estado Novo, a grande imprensa vinculada às instituições governamentais apregoavam Vargas como “herói nacional”, utilizando-se de recursos linguísticos

variados bem como de narrativas políticas para externar o inimigo nacional como sendo as minorias de outras nacionalidades, as quais deveriam ser evitadas e reduzidas para que não violassem a unidade e independência nacional, que somente seria alcançada com a homogeneidade em substituição à diversidade no que acarretaria em uma democracia racial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste estudo evidenciou como a ideologia de ameaça foi um instrumento central na construção das políticas de segurança pública durante a Era Vargas. Ao associar a imigração a riscos à identidade nacional, o governo utilizou discursos e práticas para consolidar um projeto autoritário e excludente. A exclusão de imigrantes considerados “indesejáveis” e a repressão a elementos estrangeiros, promovida por instituições estatais e amplificada pela imprensa, moldaram um imaginário coletivo que legitimava políticas de discriminação e vigilância (Carneiro; Takeuchi, 2010). Ademais, essas práticas, fortemente enraizadas em teorias raciais e eugenistas, deixaram marcas profundas na história social e política brasileira, perpetuando exclusões que ecoam até os dias atuais (Azevedo, 1987).

O impacto dessa política foi amplamente sentido pelas comunidades de imigrantes, que enfrentaram restrições legais, estigmatização social e vigilância contínua. Além disso, a ideia de que a “homogeneidade” era essencial para a unidade nacional contribuiu para a marginalização de grupos minoritários e moldou a visão de “imigrante ideal” como aquele que poderia ser assimilado sem ameaçar os valores nacionais (Movschowitz, 2001). No entanto, como apontam Carneiro e Koifman (2012), tais medidas também contribuíram para a resistência e a organização dessas comunidades, que buscaram preservar suas identidades culturais diante da repressão estatal.

Por fim, a pesquisa reafirma a importância de compreender como a construção de inimigos internos — frequentemente baseada em critérios raciais, culturais ou ideológicos — foi um pilar fundamental na consolidação do autoritarismo no Brasil. Esse período histórico, embora tenha moldado de maneira significativa as políticas públicas e o imaginário nacional, continua a oferecer valiosas lições sobre os perigos de práticas excludentes e a necessidade de um diálogo mais inclusivo sobre diversidade e identidade no Brasil contemporâneo (Carneiro, 2001; Koifman, 2012).

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Celia Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites*,

século XIX. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Márcia Yumi (orgs.). *Imigrantes japoneses no Brasil. Trajetória, imaginário e memória*. São Paulo, Edusp, 2010.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. *Revista USP*, n. 119, p. 115-130, 2018.

GERALDO, Endrica. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. Juiz de Fora: *Revista de História*, 2009. vol. 15. n.1. p.171-187.

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal. O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil, 1941-1945*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

MOVSCHOWITZ, Jeronymo. *Nem negros, nem judeus: a política imigratória de Vargas e Dutra (1930-1954)*. Rio de Janeiro, PPGH/Uerj, 2001.

ROCHA, Simone. O poder da linguagem na Era Vargas: o abasileiramento do imigrante. *Anais do 6º Encontro Celsul-Círculo de Estudos Linguísticos do Sul*. Florianópolis, 2006.